

TRIBUNAL SUPREMO	
DOCUMENTAÇÃO, Edição.....A	
CARIMBO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS	
N.º de Ordem.....	133
Quem recebeu:.....	
Data: 30 / 06 / 2022	Hora: 12.45



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Processo n.º 20/2015

Secção Criminal

Relator: Nhatitima, Pedro Sinai

SUMÁRIO

- I. O mecanismo extraordinário de suspensão e anulação de sentenças por manifestamente injustas e ilegais tem como pressupostos legais de ordem formal, designadamente a legitimidade do requerente e o trânsito em julgado da decisão que se impugna. De ordem substantiva perfila-se a manifesta injustiça e ilegalidade do decidido.
- II. A ausência do réu na audiência de discussão e julgamento em processo sumário crime não constitui nulidade processual, caso o tribunal tenha designado um defensor oficioso, conforme preceituado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 28/75, de 1 de Março.
- III. Compete ao defensor oficioso exercer o contraditório em sede da audiência de discussão e julgamento, assegurando dessa forma o direito constitucional de defesa do seu constituinte.

ACORDÃO

Acordam, em conferência, na Secção Criminal do Tribunal Supremo:

A Digníssima Procuradora-Geral da República, no âmbito das prerrogativas que lhe são atribuídas pelo disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 17. da Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto, vem requerer a anulação da sentença proferida pelo Tribunal Judicial do Distrito da Macia, Província de Gaza, nos Autos de Sumário Crime, registado sob o n.º 511/2014, em que são co-réus Ezequias Pedro Sigaúque e António Sebastião Cuinica, por manifestamente injusta e ilegal, com os seguintes fundamentos:

- Referem-se os aludidos autos à um acidente de viação do tipo choque entre viaturas, ocorrido no distrito da Macia, Província de Gaza, envolvendo as viaturas de Marca Canter Mitsubishi, com a chapa de inscrição AAA-073-CM e Toyota Corola, com a chapa de inscrição AAA-181-MP, na altura conduzidas pelos co-réus António Sebastião Cuinica e Ezequias Pedro Sigaúque, respectivamente.
- O julgamento ocorreu no dia 15 de Janeiro de 2013, sem que o co-réu Ezequias Pedro Sigaúque tivesse sido notificado para comparecer, tendo para o efeito sido nomeado um defensor oficioso, conforme preceitua o artigo 5.º do Decreto – Lei n.º 28/75, de 1 de Março.
- A falta de notificação do co-réu Ezequias Pedro Sigaúque concorreu para a sua ausência no julgamento e consequente condenação, sem direito ao contraditório, o que constitui uma nulidade processual, conforme plasmado no n.º 1 e 8 do artigo 98.º do Código de Processo Penal.

Por conseguinte, entende a Digníssima Procuradora Geral da República ser a sentença em causa nula nos termos da primeira parte da alínea d), do n.º 1 do artigo 668.º, do Código de Processo Civil, aplicável por força do § único do artigo 1, do Código de Processo Penal, termos em que, requer a sua anulação.

Correu o processo aos vistos legais, cumprindo apreciar e decidir.

Importa, antes de mais nada, verificar se estão reunidos os pressupostos de ordem legal para que o pedido possa ser apreciado.

De ordem formal, alinham-se a legitimidade do requerente e o trânsito em julgado da sentença que aqui é colocada em crise. De ordem substantiva, será a verificação da manifesta injustiça e ou ilegalidade de que a sentença vem impregnada.

A ilustre requerente tem legitimidade para desencadear o mecanismo extraordinário de reapreciação de decisões por manifestamente injustas e ilegais, sendo este tribunal o competente para conhecer da matéria ao abrigo do disposto, na actualidade, pela alínea b) do n.º 3 do artigo 17 da Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto (Lei Orgânica do Ministério Público) e pelas alíneas c) e d) do artigo 50 da Lei n.º 24/2007, de 20 de Agosto, (Lei da Organização Judiciária), respectivamente.

De fls. 6 e seguintes dos autos de Sumário Crime n.º 20/2015, constata-se que a sentença proferida pelo Tribunal Judicial do Distrito da Macia, a 15 de Janeiro de 2013, transitou em julgado pelo que é insusceptível de recurso ordinário.

As questões de fundo que importa apreciar e decidir, a fim de aferir da injustiça e ilegalidade da sentença proferida pelo Tribunal Judicial de Distrito da Macia, são essencialmente duas, a saber:

1. Realização da Audiência de Discussão e Julgamento sem que o co-réu Ezequias Pedro Sigaúque tivesse sido notificado

Afirma a Digníssima Procuradora-Geral da República que o julgamento do co-réu Ezequias Pedro Sigaúque realizou-se sem que o mesmo tivesse sido notificado para o efeito, ficando assim impossibilitado de exercer o contraditório em sede do direito de defesa

A notificação é o meio usado para o chamamento das pessoas em juízo ou para lhes comunicar certos actos. Serve para chamar alguém a juízo ou dar a conhecer de certo facto. (artigo 83.º do Código de Processo Penal).

Manda o artigo 546.º do C.P.P que o réu seja notificado do despacho que designar dia para o julgamento, com 3 dias de antecedência, pelo menos.

É regra do direito processual penal, dever ter-se em conta tanto as razões da acusação como as da defesa. Por outro lado, o juiz deve ouvir todos os participantes processuais sempre que tomar qualquer decisão que pessoalmente os afectem.

Não se trata aqui do cumprimento de uma mera formalidade processual, mas a garantia de que todo o sujeito afectado por uma decisão é-lhe dada a possibilidade de ser previamente ouvido e, assim trazer aos autos elementos necessários à essa decisão.

O princípio do contraditório é a emanção instrumental do direito de defesa, tal como previsto no artigo 62 da Constituição da República.

De fls. 15/v do apenso, consta uma cota que dá nota de em 11 de Janeiro de 2013 terem os co-réus Antônio Sebastião Cuinica e Ezequias Pedro Sigaúque sido notificados para comparecerem no Tribunal Judicial de Distrito da Macia, no dia 15 do mesmo mês, pelas oito horas, para a audiência de discussão e julgamento.

Estabelece o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 28/75, de 1 de Março que, a Secretaria avisará ao arguido, pelo meio de comunicação mais rápido, o dia e a hora da realização do julgamento, lavrando-se cota no processo das diligências feitas. O aviso, no caso em apreço, dado por via telefónica, terá para todos os efeitos, o valor de uma notificação judicial.

Na audiência de discussão e julgamento os co-réus não se fizeram presentes no tribunal, tendo o mesmo prosseguido nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 28/75, de 1 de Março, nomeando-se defensores oficiosos para ambos. O n.º 1 do artigo 5.º do diploma legal aqui referido não obriga a presença do réu no julgamento.

Assim, o exercício do contraditório, e consequentemente do direito de defesa dos co-réus, ficou devidamente acautelado pelos defensores oficiosos designados pelo tribunal, não se vislumbrando aqui qualquer denegação ao exercício do direito de defesa, termos em que, não procede nesta parte o pedido da Digníssima Procuradora-Geral da República.

2. Falta de corpo de delito por não realização de diligências julgadas pertinentes para a descoberta da verdade material

Diz a Digníssima Procuradora-Geral da República que, *"ao não encetar diligências que se reputavam importantes (...), o tribunal não produziu o suficiente corpo de delito, para que se reputava importante para a descoberta da verdade material"*, e por conseguinte estarmos diante de uma nulidade processual, conforme preceituado no n.º 1 do artigo 98.º do C.P.P.

A ilustre requerente não enumera quais as diligências omitidas que se reputam imprescindíveis para a descoberta da verdade material.

Os presentes autos contêm todos os elementos probatórios que nos permitem concluir pela existência de corpo de delito.

Mais ainda, o auto de denúncia equivale para todos os efeitos a acusação (parágrafo único do artigo 2.º do Decreto-Lei 35007, de 13 de Outubro de 1945.

Nestas teses e pelo esforço, as partes
deste processo, meça provimento
ao pedido, por falta de fundamento
legal.

Se a parte.

Maputo, 12 de Agosto de 2015

Está conforme

Maputo, 22 de Outubro de 2015

A Secretária Judicial,